

EXMO. CONSELHEIRO RELATOR TELMO PASSARELI
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRIMEIRA CÂMARA

Autos – 1102209 (Denúncia)

OTAVIANO JONAS DE ARAÚJO JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 799.263.986-34, portador da cédula de identidade nº M-5.879.610, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Rua São Dimas, nº 800, Bairro São José, na cidade de Bom Despacho, MG, CEP 35.633-102, e,

SINCO TERRAPLENAGEM E URBANIZAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, instalada às margens da BR-262, km 475, zona rural do Município de Bom Despacho, MG, inscrita no CNPJ sob nº 22.918.681/0001-04, representada por seu Diretor, OTAVIANO JONAS DE ARAÚJO JUNIOR, já qualificado, ambos por sua procuradora a final assinado, que tem escritório à Avenida Primeiro de Junho, nº 615, Bairro Jardim dos Anjos, na cidade de Bom Despacho/MG, CEP 35.630-010, e-mail ianaoliveiraadvbd@gmail.com, vêm perante V. Exa., nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1102209**, oriundo de **DENÚNCIA** formalizada pelo **INSTITUTO OPS – INSTITUTO OBSERVATÓRIO POLÍTICO SOCIOAMBIENTAL**, já qualificado, autos supra epigrafados, tendo em vista a citação formalizada, apresentarem suas **DEFESAS**, o que fazem mediante os argumentos, de fato e de direito, que passam a expor:

- DA DENÚNCIA FORMALIZADA -

Ao que consta, aportou perante esse Egrégio Tribunal de Contas, denúncia, formalizada pela pessoa jurídica **INSTITUTO OPS – INSTITUTO OBSERVATÓRIO POLÍTICO SOCIOAMBIENTAL**, através da qual, manifesta que o **MUNICÍPIO DE ARAÚJOS** teria deflagrado processo licitatório, pela modalidade convite, objetivando a execução de obra de recapeamento asfáltico em trecho da Avenida Paraná e que, a vencedora do certame teria sido a pessoa jurídica **SINCO URBANIZAÇÕES LTDA.**;

Consigna, a **DENUNCIANTE**, que as obras teriam sido realizadas na primeira quinzena de dezembro de 2020 e que, poucos dias após, já teria sido possível verificar a existência de diversos buracos na via em que se viu realizada a intervenção;

Afirma que, além dos alegados buracos, também seria possível aferir a “*má qualidade do material utilizado, mal feitura da drenagem e, em alguns locais, uma camada bem fina de asfalto*”;

Diz, ainda, que a disponibilização do procedimento licitatório e seu contrato, junto ao portal da transparência, somente teria se dado após insistentes pedidos;

Em tópicos específicos, subsequentes, tece diversas argumentações acerca de alegadas violações de princípios de direito e legais.

Ao final de sua peça, requereu, ela **DENUNCIANTE**, determinação, por parte do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, da “*melhoria da transparência do site da Prefeitura de Araújos/MG*” e que, se “*analise o processo de licitação nº 79/2020, convite nº 04/2020, bem como o contrato realizado com a empresa vencedora para apurar se ocorreram irregularidades na execução do serviço de asfaltamento*”.

Esta, a síntese das alegações contidas na denúncia, que se viu acompanhada por anexo fotográfico.

Anexou-se, após, reprodução do modelo do contrato e de parte do processo licitatório e, em procedimentos posteriores, ofícios, levantamentos fotográficos, cópia integral do processo licitatório e inspeção “*in loco*”, dentre outros procedimentos.

Passa-se, então, à exposição dos fatos e à contestação das afirmações, o que se faz mediante o que se expõe, a seguir:

- DA QUESTÃO AFETA À PUBLICIDADE -

Quanto a tais pontos, os ora **DEFENDENTES** deixam de se manifestar, visto que não se tratam de questões afetas às suas pessoas.

- DA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA -

- DA QUALIDADE DA OBRA REALIZADA -

- DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO/DANO AO ERÁRIO -

Embora alegações da **DENUNCIANTE**, de que o piso asfáltico, objeto de contratação, seria de baixa qualidade e que não corresponderia ao objeto contratado, as afirmações são totalmente inverídicas.

Inicialmente há que se destacar que, as opções pelo “tipo” de asfalto, a ser implantado na via, não decorreu de qualquer fato imputável à ora **DEFENDENTE**.

Pela mesma forma, os critérios técnicos que nortearam as especificações, também não decorreram de ações da ora **DEFENDENTE**.

Esta, apenas e tão somente tomou conhecimento do interesse da Administração Pública Municipal de Araújos/MG, de promover asfaltamento da mencionada Avenida Paraná, recebendo a “carta convite”.

Ato subsequente, deslocou profissional técnico para promover visita ao local da obra, para fins de averiguar o interesse na execução e, se fosse o caso, nortear a formalização da proposta de preços.

De se observar que, pelos cálculos relativos a largura da via e o comprimento projetado, o piso asfáltico a ser implantado o seria em volume correspondente a 3,0cm (três centímetros) em média, por todo o piso dimensionado,

Avenida Primeiro de Junho, nº 615, Bairro Jardim dos Anjos – Bom Despacho/MG –
(37) 99968-2910 – E-mail: ianaoliveiraadvbd@gmail.com

empolado, uma vez que o cálculo apresentado de massa asfáltica o foi em “metros cúbicos”.

Ressalte-se que, na ocasião, foi constatado que a maior parte do piso era revestida de “calçamento poliédrico”, em pedra (paralelepípedo), cujo piso se encontrava, em diversas partes, irregular, seja por afundamento (decorrente de trânsito por veículo com peso excessivo ou outras anomalias, decorrentes de baixa resistência de sub-leito e base do calçamento), seja por ter havido reparações de parte do piso com sua execução em nível superior ao que existia (pressupondo, quem o executou – fato bem anterior ao asfaltamento -, que, com a passagem de veículos, aquele piso que houvera sido recomposto, “chegaria ao nível do adjacente”, o que não ocorrera).

Tal fato, como ainda o fato relativo à espessura média do asfalto a ser implantado, foi objeto de conversação com representante da Prefeitura, antes da apresentação de proposta de preço pela ora **DEFENDENTE**, tendo sido, o representante desta, informado que, o piso a ser revestido o era aquele, e que o asfaltamento deveria ser executado nas condições previstas no instrumento convocatório, uma vez que a Administração Pública não tinha recursos financeiros a permitir a implantação de piso com maior espessura.

Partindo dessas premissas, a ora **DEFENDENTE** apresentou sua proposta de preço, logrando sair vencedora no procedimento licitatório.

Assim que formalizado o contrato e recebida a ordem de serviço, promoveu-se a execução do objeto, o que se deu em período de tempo aproximado de dez (10) dias, o que se deu em razão da distância em que se encontra a empresa ora **DEFENDENTE** do local da obra (aproximados 33 kms), e, ainda, face se tratar de pequeno volume de massa asfáltica, aliado ao fato de que, a época em que se viu executado, se tratava de “período chuvoso”, determinando a execução apenas quando não ocorriam “chuvas” no local.

De se registrar, ainda, que, na época, exatamente por se tratar de período chuvoso, a empresa ora **DEFENDENTE** se encontrava com grande parte de suas

máquinas, caminhões e veículos disponíveis para serem utilizados, o que motivou a execução da obra em curto espaço de tempo.

Inicialmente, promoveu-se uma varredura em toda pista que receberia o piso asfáltico, com retirada dos resíduos dela provenientes.

Após, fez-se a pintura de ligação e subsequentemente, uma regularização do piso, utilizando-se da própria massa asfáltica e, pós regularização e nova limpeza onde se fez necessário, aplicou-se o revestimento asfáltico, consoante filmagem realizada pela própria empresa ora **DEFENDENTE**.

O revestimento utilizado o foi o “concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ”, atualmente conhecido como “concreto asfáltico usinado a quente – CAUQ”.

Em razão de reivindicação dos moradores na parte da Avenida que não seria recapeada (três quarteirões a jusante do ponto que estava sendo recapeado) e cuja extensão era composta de piso sextavado, também com irregularidades em seu nivelamento, entendeu o então Prefeito Municipal, de estender a obra pelo trecho solicitado. Formalizou-se, assim, após medições realizadas pela Administração Pública, o aditivo contratual, mantendo-se os valores propostos, nos termos contratados, calculados proporcionalmente ao volume e serviços a serem executados.

Concluída a obra, promoveu-se à medição, com atestado da execução de conformidade com as normas técnicas e condições exigidas em edital, com subsequente emissão dos documentos fiscais, para permitir o pagamento, que se viu realizado.

Toda a obra se viu fiscalizada no decorrer de sua execução, por agentes da Administração Pública Municipal, em todas suas etapas.

De se registrar que, quando do asfaltamento, se o fez por todo leito da via, no trecho contratado, e, apenas após executado todo ele, é que, a própria Administração Pública Municipal ou empresa concessionária dos serviços relativos ao “esgotamento sanitário”, compareceu ao local e retirou a massa asfáltica que havia sido implantada por

sobre os pontos em que existentes “poços de visita”, retirando a massa asfáltica e promovendo o alteamento do mencionado “poço de visita”.

Tal fato, inclusive, é consignado em Ofício de nº 460/2021, subscrito pelo atual chefe do Poder Executivo Municipal de Araújo, já anexado aos autos.

Para se evitar repetição, traz-se para a presente defesa, manifestação exarada em análise inicial da denúncia, constante de fls dos autos:

“II.2 ALEGAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS (PEÇAS 17 A 29)

Em ofício enviado pela Prefeitura à peça 28, o Sr. Prefeito sustentou inexistirem quaisquer irregularidades quanto à execução das obras contratadas. Indicou que o pavimento anterior da via era feito de bloquetes de concreto sextavados e se apresentava com sua superfície extremamente irregular, de forma que a obra contratada teve por objetivo a sobreposição do pavimento com uma camada de 6 cm de asfalto aliada a correção das irregularidades da via.

Sobre as fotografias acostadas à denúncia, indicou que os buracos relatados pela denunciante se tratam, na realidade, de poços de visita, os quais teriam sido propositalmente deixados sem pavimentação com a finalidade de se permitir acesso aos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água urbano. Acrescentou que o nivelamento destes poços de visita é incumbência das concessionárias prestadoras de serviço público, não do município, motivo pelo qual esse nivelamento não teria constado no objeto do contrato.

Quanto à drenagem, esclareceu que a reformulação da drenagem profunda das vias não foi objeto do contrato. Teria sido executado apenas a construção do sistema de junção do asfalto ao passeio (sarjetas de concreto). Por essa razão houve a retenção de água relatada pelo denunciante.

No tocante a fiscalização do contrato, indicou que os relatórios de medição, acompanhados de relatórios fotográficos, atestam que a

prestação do serviço foi devidamente acompanhada, razão pela qual pleiteou o arquivamento da denúncia.

Por fim, anexou relatório fotográfico (peças 17 a 27 e 29) que, segundo a manifestação, não evidencia quaisquer buracos na cobertura asfáltica, além de comprovar o funcionamento da drenagem, uma vez que as fotografias foram tiradas em dia com pluviosidade significativa.

(....)” (página 3 de 11 – doc. físico e 131 pdf) – (documento intitulado análise inicial)

Faz-se ressalva, apenas, quanto à alegação do atual Prefeito Municipal, constante do ofício 460/2021, de que o piso asfáltico seria de 6,0cms (seis centímetros), quando, em realidade, o foi de 3,0cms (três centímetros), empolado, visto que, o volume de concreto betuminoso usinado a quente previsto na planilha inicial da licitação o foi de 211,58m³ (duzentos e onze metros e cinquenta e oito centímetros cúbicos), a serem aplicados e uma área de 7.103,44m² (sete mil cento e três metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), que redundava em uma espessura de 3,0cms.

No tocante à alegação de que o piso asfáltico, pouco tempo após sua execução passou a apresentar fissuras e trincas, os ora **DEFENDENTES** registram que tais fatos não decorreram de imperfeição dos produtos utilizados ou dos serviços executados, visto que, o foram de conformidade com as normas técnicas existentes, mas, sim, em decorrência da “fragilidade” em determinados pontos, da base e sub-leito, (visto que o piso em paralelepípedo e bloquetes sextavados, já apresentavam, em determinados pontos, antes da execução da pavimentação asfáltica, irregularidades e desnivelamentos, indicativos da fragilidade do leito e do sub-leito.

Não consistiu objeto da licitação, a recuperação de tais “irregularidades” inerentes ao sub-leito e leito.

A par disso, é fato que, com a pavimentação asfáltica, grande parte do trânsito que advinha e que, advém, da região da BR-262 (Triângulo Mineiro – Bom Despacho, Moema, Luz, etc), para a cidade de Araújos/MG ou para outras cidades do entorno (Perdigão, Santo Antônio do Monte, Divinópolis, etc), inclusive com veículos de

“grande porte”, caminhões e, eventualmente, carretas, passou a se dar pela mencionada Avenida Paraná, cujo fato não foi objeto de avaliação pela Administração Pública Municipal para fins de estudos sobre a resistência do solo e da necessidade ou não de se refazer o sub-leito e o leito, ou mesmo de se dotar, aquele pavimento, de massa asfáltica, em espessura superior à objeto de licitação.

De se registrar, por oportuno, a conclusão constante de Relatório de Inspeção, levada a efeito, no local em que se viu realizada a obra e que concluiu que:

“Portanto, a equipe entende que não há que se falar em aplicação de sanções aos responsáveis decorrente das patologias identificadas, cabendo, no caso, a emissão das seguintes recomendações para a administração: (...)” (pág. 52/65 físico - pág. 477 pdf)

Por fim, há que se anotar que, eventuais problemas que existam sobre drenagem, tais fatos não dizem respeito à ora **DEFENDENTE**, visto que, a Administração Pública Municipal não inseriu no objeto da licitação tais serviços e obras.

Além disso, não houve qualquer determinação de alteração do “greide” da via de rolamento, por parte da Administração Pública, e, como sabido, não se justifica “corrigir” defeitos de “greides”, ou concordâncias de um “greide” de uma via, com o “greide” de outra via que lhe corta, com “massa asfáltica”.

O fato relativo à não contratação da ora **DEFENDENTE** para os fins mencionados, se encontra registrado e reconhecido no mesmo Relatório de Inspeção oriundo da análise da obra e dos documentos que lhe dizem respeito:

“Por fim, quanto à questão da drenagem, de fato foram identificados problemas na drenagem da via (tópico 3.5.4, letra a). Considerando que a execução de elementos de drenagem sub-superficial e profunda não foram alvos da contratação, não há que se falar em dano, porém, foi recomendado à prefeitura que solucione os problemas de retenção de água da Avenida Paraná, bem como que não desconsidere a

questão da drenagem em procedimentos futuros.” (pag. 54/65 físico - pág. 479 pdf)

Assim, vê-se que, a conduta da ora **DEFENDENTE** no tocante à obra realizada na cidade de Araujos/MG, objeto da denúncia, o foi de conformidade com as normas técnicas e exigências contidas no processo licitatório que se viu desencadeado.

Não tinha, como não tem, qualquer poder de ingerência com relação à Administração Pública Municipal, para fins de ver alteradas as especificações técnicas ou condições em que a obra deveria ter sido concretizada, o fazendo de conformidade com as instruções constantes do processo e das autoridades públicas municipal.

DA INEXISTÊNCIA DE DANOS AO ERÁRIO

Por fim, de se observar que, ao revés do que manifestado na denúncia de fls, a empresa ora **DEFENDENTE** é quem teve prejuízos financeiros com a obra executada.

Isso porque, a empresa ora **DEFENDENTE**, ao apresentar planilha de preços para execução das obras, o fez levando em consideração valores pelos quais havia adquirido os produtos necessário para a formulação do concreto betuminoso, sem adequar os valores aos de mercado para a ocasião em que seria realizada a obra.

Tal procedimento fez com que tivesse prejuízos, uma vez que não teve condições de repor o estoque de materiais nos mesmos níveis em que eram existentes ao tempo da licitação.

O prejuízo financeiro decorrente da execução da obra se viu, inclusive, reconhecido em Relatório de Inspeção, que detectou ter sido este no importe aproximado de R\$ 8.457,10 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos)

Veja-se a tal propósito:

“Removendo-se o lucro da fórmula do BDI, foi possível estimar o custo total (sem lucro) da obra em R\$ 371.738,07. Considerando o valor final do contrato após aditivos e supressões (R\$ 363.280,97), de fato a empresa obteve um prejuízo de R\$ 8.457,10 na execução da pavimentação da Av. Paraná (as memórias de cálculo encontram-se no anexo deste relatório). Sendo assim, o aditivo de 25% não foi superior aos serviços executados e não houve dano ao erário público”

Em decorrência da logística reversa, se a empresa ora **DEFENDENTE** teve prejuízos com a execução da obra, e se esta, como se averiguou, foi executada de conformidade com as normas técnicas, como ainda, com o projetado e exigido pela Administração Pública, não há se falar em prejuízos ao erário que tenham sido ocasionados por ação ou omissão da ora **DEFENDENTE**.

CONCLUSÃO E PEDIDOS

Face ao exposto,

Pleiteia-se seja reconhecida a correção com que se houve a ora **DEFENDENTE**, determinando-se o arquivamento da denúncia, especialmente por não ter a ora **DEFENDENTE** como agente responsável por qualquer das alegadas irregularidades apontadas em denúncia, se é que existentes, aliado ao fato de que inexistiu danos ao erário com a execução da obra.

Informa-se no anexo a esta defesa, os LINKs de acesso aos vídeos relativos à execução das obras

Termos em que,

Pede deferimento.

Bom Despacho, 26 de julho de 2023.

Iana Bruna Oliveira Silva

OAB/MG 197.063

ANEXO

LINKS PARA ACESSO AOS VÍDEOS RELATIVOS À EXECUÇÃO
DAS OBRAS

https://drive.google.com/drive/folders/1bdUzpm4jzEd4MsrGTO4xMypjEQnbJmfn?usp=drive_link